

## Sessão 1

### Desenvolvimento social e controles jurídicos na democracia

**003**

**A DEMOCRACIA NO BRASIL - INSTRUMENTOS LEGAIS E PRÁTICA DA CIDADANIA.** *Fernando Montardo Diniz. Rodrigo Stumpf González.* (Centro de Ciências Jurídicas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS).

A partir da Constituição de 1988, ocorrem a ampliação e a criação de novos instrumentos de realização da cidadania. O fato que se destaca neste momento de redemocratização é que estes instrumentos se caracterizam por serem espaços de participação nas ações e decisões estatais, em que a população se insere no patamar decisório. A forma de participação política no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, pode ser caracterizada por representar uma democracia semi-direta. Com a ampliação no direito ao voto, a manutenção do instrumento do plebiscito e a criação do referendo e da iniciativa popular, a forma democrática nacional não se caracteriza apenas pela representatividade, mas também pela participação semi-direta na formulação de normas legais, entre outros. Além disso, o quadro institucional amplia o limite para a existência e o desenvolvimento de uma democracia participativa a partir dos conselhos de controle de políticas públicas. Dentre os instrumentos existentes que foram selecionados para a realização deste projeto, encontram-se os Conselhos de Controle de Políticas Públicas, e, nesta pesquisa, estão sendo analisados os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos de Saúde, e os Conselhos de Assistência Social. O objetivo desta pesquisa é realizar a identificação e análise dos instrumentos de participação política no Brasil a partir de 1988 e comprovar a sua efetividade prática. Também podem ser citados como objetivos a identificação de instrumentos nos textos constitucionais de outros Estados e os instrumentos existentes nos textos anteriores a 1988. A metodologia utilizada constitui-se de uma primeira fase de identificação e caracterização, e de uma segunda fase, empírica, em que o autor busca fazer a análise de documentação para verificar se os instrumentos possuem efetividade ou não. Até o momento, realizou-se a conceituação, tendo sido iniciada a fase de análise dos dados obtidos através de Instituições, tais como Conselhos Nacional, Estadual e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Saúde, da Assistência Social e Prodasen. Também está sendo realizada a análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos na documentação fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral/RS, e que fornecerá as informações necessárias para a análise da efetividade, ou seja, da realização prática dos instrumentos existentes. Através da análise dos instrumentos e da forma de realização dos mesmos, será possível concluir se há hoje no Brasil, apenas a ampliação dos instrumentos de realização da cidadania, ou a possibilidade concreta de sua realização.(UNIBIC/UNISINOS).